

Carta das comunidades e comissões da região 4 para as IJs e a Cáritas

Nós, pessoas atingidas de Pompéu e Curvelo (Região 4), reunidas no II Encontro de Comissões, organizado com o suporte do Instituto Guaicuy, ATI que acompanha as regiões 4 e 5, escrevemos esta carta na cidade de Pompéu, no dia 18 de novembro de 2023, para as **Instituições de Justiça** envolvidas no processo de reparação da Bacia do Paraopeba. Enviamos também para o **consórcio de entidades gestoras do Anexo 1.1** e demais partes interessadas para expressar nossas reivindicações e anseios neste momento da nossa luta.

Quase cinco anos depois do rompimento da barragem da Vale que mudou nossas vidas e segue causando impactos diariamente, expressamos nossa insatisfação com o processo de reparação, que segue inacabado e insuficiente. As pessoas atingidas, até agora, não tiveram participação nos rumos da reparação, desde o Acordo assinado sem nossa presença. Queremos controle social. Estamos neste período enfrentando diversos tipos de problemas, mas seguimos também em busca de nossa organização, para que nós mesmos possamos falar e reivindicar nossos direitos.

Nesse segundo encontro, conseguimos reunir mais de 60 pessoas, representantes de pelo menos oito comissões organizadas na região 4, com presença essencial do povo indígena Kaxixó e do quilombo Saco Barreiro, Povos e Comunidades Tradicionais que merecem respeito e prioridade no processo de reparação. A representação é fundamental para nós, pois sabemos que não é possível que todas as pessoas atingidas participem de todos os espaços. Por isso é fundamental a circulação de informações, para garantir minimamente o direito à participação informada.

Ao longo da programação do encontro e a partir de nosso acúmulo de participação em nossas comissões, queremos reforçar nessa carta algumas reivindicações fundamentais, como:

- » Queremos nosso Rio limpo. Ele garante nossa vida, nosso trabalho, nosso lazer.
- » Exigimos que a Fundação Getúlio Vargas (FGV), gestora do Anexo 1.2, resolva todas as pendências e garanta a inclusão de pessoas que têm seu direito comprovado e mesmo assim não recebem o benefício.
- » Exigimos controle social no 1.1, o único anexo do acordo que prevê nosso protagonismo. Considerando isso, explicamos abaixo nossas reivindicações:

Anexo 1.1 pedidos urgentes

1. Sabemos da importância do Termo de Compromisso para a segurança do trabalho da Cáritas, mas cobramos agilidade na assinatura do documento e início das atividades. Já estamos esperando há muito tempo e não queremos que o recesso do Judiciário interfira no tempo de construção e execução do Plano de Trabalho da entidade gestora. Queremos segurança jurídica e institucional para que o período eleitoral não cause impactos na execução dos projetos do Anexo 1.1.

2. Queremos respostas concretas dos compromitentes e da entidade gestora sobre as medidas que serão adotadas para garantir que os projetos do Anexo 1.1 não se tornem objetos de campanhas eleitorais e de uso religioso.
3. Exigimos o reconhecimento de **TODAS AS COMUNIDADES ATINGIDAS DA REGIÃO 4, A SABER: Quilombo Saco Barreiro, Povo Indígena Kaxixó, São Marcos, Santa Cecília, Balneário Reino dos Lagos, Fazendinhas Baú, Recanto do Piau, Novilha Brava, Campo Alegre, PA Queima Fogo, PA Chácara Chórius, Recanto do Laranjo, Recanto do Funil, Recanto dos Pássaros, Recanto da Supira, Canto da Seriema, Recanto do Laranjo, Vista da Lagoa, Ari Castelo Branco, Recanto das Águas (Pompéu), Cachoeira do Choro, Encontro das Águas e Angueretá (Curvelo).**
4. Pedimos, com urgência, antes da assinatura do Termo, uma reunião da entidade gestora com as comissões da Região 4, para que a entidade conheça a realidade e necessidades específicas de nossa região e para que se apresente para as pessoas organizadas nas comissões. Se possível, queremos a reunião presencialmente e nos colocamos à disposição para encontrar local, com apoio da ATI.
5. Solicitamos a criação de uma agenda de reuniões de tira dúvidas com a entidade gestora. Que ela disponibilize materiais públicos com informações, sobre critérios, limites, prestação de contas, de forma acessível para as pessoas atingidas.
6. Reivindicamos que a entidade respeite a instância regional, o Sistema de Participação como vem sendo construído, com muito esforço e dedicação das pessoas atingidas, ao longo da Bacia do Paraopeba.

Para a execução do trabalho do 1.1, listamos os seguintes pedidos:

1. Prioridade na contratação de mão de obra local: considerando os inúmeros impactos no nosso trabalho, é fundamental que as oportunidades sejam direcionadas para pessoas atingidas. Assim como que os serviços sejam prioritariamente contratados de pessoas de nossas comunidades, tais como alimentação, transporte, guias locais, acomodação e hospedagem em todas as etapas do trabalho da entidade gestora, incluindo terceirizadas.
2. Que as pessoas atingidas que ocupem funções de fiscalização e controle do Anexo 1.1 sejam formadas (capacitação) e remuneradas.
3. Que os critérios do crédito e microcrédito incluam as pessoas com problemas de carência, que atendam formas de comprovação justas e de acordo com cada comunidade, com juros abaixo do índice da poupança. Garantir que pessoas que tenham restrição não sejam excluídas. Considerando que parte da vulnerabilidade veio dos impactos do próprio rompimento, é importante que não haja necessidade de pedidos de garantia. Assim como a possibilidade de renovação de contrato, sem restrições para pessoas atingidas, com período de carência de no mínimo 18 meses, mas, sendo razoável exigir que, para acessar a parcela seguinte de crédito, seja garantido o pagamento da parcela anterior. Reiteramos a importância da transparência nos critérios e que seja levada em consideração a vulnerabilidade das pessoas no momento da decisão sobre prioridade da concessão de crédito.

4. Transparência na prestação de contas da entidade gestora de forma fácil e compreensível
5. Capacitação em cooperativismo e prestação de contas para que as pessoas atingidas tenham condições de fiscalizar os gastos e empréstimos.
6. Garantia da participação das pessoas atingidas, da instância regional e de todo o Sistema de Participação na execução do Anexo 1.1.
7. Garantia do apoio da ATI durante a execução do Anexo 1.1.
8. Não queremos apenas ciência dos acordos. Queremos decidir. Exigimos ter o direito de aceite ou não. Não queremos apenas saber que foram realizadas reuniões entre a Cáritas e as IJs. Queremos participar dessas reuniões. Não tivemos participação no Acordo. Não tivemos participação no Anexo 1.3. Não participamos da definição do 1.2. Exigimos participação real no Anexo 1.1. É o único Anexo dos atingidos! Queremos ter voz na definição dos seus rumos. Desde já e até o fim da execução do Anexo 1.1.

Assinam esta carta:

- » Quilombo Saco Barreiro
- » Povo Indígena Kaxixó
- » Coletivo Guerreir@s
- » Comissão de Fazendinhas Baú e Recanto do Piau
- » Comissão dos Assentamentos
- » Comissão de Novilha Brava e Campo Alegre
- » Comissão dos Recantos
- » Comissão São Marcos e Santa Cecília
- » Comissão Balneário Reino dos Lagos
- » Comissão de Angueretá
- » Comissão de Cachoeira do Choro e Encontro das Águas